

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

QUADRO I	Balanço patrimonial
QUADRO II	Demonstração do resultado do exercício
QUADRO III	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
QUADRO IV	Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Conselheiros da
Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA
Belo Horizonte - MG

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Convênio celebrado com o Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de Saúde

Chamamos atenção para a nota explicativa Nº 16 às demonstrações financeiras que menciona que a Entidade celebrou o convenio 558/2010 no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) junto ao Estado de Minas Gerais, cujo objeto é a transferência de Recursos públicos para construção da Casa de Apoio da Entidade. A prestação de contas foi realizada no exercício de 2016 e está sob análises da SEDESE – Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social que vem solicitando informações adicionais na prestação de contas. Com base em estudos internos, a Administração estimou e provisionou o valor de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) que poderá ter que devolver ao Estado. A Administração declarou não ter ciência do desfecho da análise da prestação de contas até a data desse relatório. Portanto, não é possível afirmar se o valor de provisão para devolução de recursos é suficiente ou não. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas cuja opinião emitida em 21 de fevereiro de 2022, não contém modificação sobre as demonstrações financeiras e ênfase em relação ao mesmo assunto descrito no parágrafo “Ênfase”

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022



Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
OMNO Auditores Independentes
CRC MG 008645/O

QUADRO I

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	4	1.125.997	1.448.987
Adiantamentos	5	22.876	23.753
Tributos a recuperar/compensar	6	-	9.189
Total do ativo circulante		1.148.873	1.481.929
NÃO CIRCULANTE			
Imóveis destinados a venda	7	7.490.000	7.490.000
Imobilizado	8	5.596.112	5.624.246
Total do ativo não circulante		13.086.112	13.114.246
TOTAL DO ATIVO		14.234.985	14.596.175

QUADRO I (Continuação)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<u>PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Financiamentos com pessoas ligadas	9	316.481	450.713
Fornecedores	10	72.117	61.605
Salários e encargos sociais	12	381.693	348.375
Impostos a recolher	13	19.593	21.256
Convênios	14	79.679	84.860
Parcelamentos	15	7.380	8.507
Total do passivo circulante		876.943	975.316
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	11	1.786.298	1.654.612
Parcelamentos	15	42.805	50.183
Financiamentos com pessoas ligadas	9	61.500	307.500
Provisão para contingências	16	80.000	80.000
Total do passivo não circulante		1.970.603	2.092.295
PATRIMONIO LIQUIDO			
Patrimônio social	17.a	8.268.564	8.222.338
Ajuste de Avaliações Patrimoniais	17.b	3.260.000	3.260.000
Superávit (déficit) do exercício		(141.125)	46.226
Total do patrimônio social		11.387.439	11.528.564
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		14.234.985	14.596.175

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QUADRO II

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	4.562.758	4.004.010
CUSTOS DA OPERAÇÃO	19	<u>(3.951.279)</u>	<u>(2.936.205)</u>
SUPERÁVIT BRUTO		611.479	1.067.805
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(635.451)	(948.154)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	<u>(156.005)</u>	<u>11.059</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(179.977)	130.710
Receitas Financeiras		244.451	50.138
Despesas Financeiras		<u>(205.600)</u>	<u>(134.622)</u>
Resultado financeiro líquido		38.851	(84.484)
DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		<u>(141.125)</u>	<u>46.226</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QUADRO III

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL PARA OS EXERCICIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais)**

	Patrimônio social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Superávit (Deficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	6.461.818	3.260.000	1.760.520	11.482.338
Aumento do patrimônio social	1.760.520	-	(1.760.520)	-
Superávit do exercício	-	-	46.226	46.226
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.222.338	3.260.000	46.226	11.528.564
Aumento do patrimônio social	46.226	-	(46.226)	-
Deficit do exercício		-	(141.125)	(141.125)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	8.268.564	3.260.000	(141.125)	11.387.439

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QUADRO IV

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	(141.125)	46.226
Depreciação e amortização	304.286	284.187
Provisão de juros sobre empréstimos	130.710	127.509
Resultado ajustado	<u>293.871</u>	<u>457.922</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedores	877	15.614
Tributos a recuperar	9.189	-
Fornecedores	10.512	23.176
Empréstimos e financiamentos	(20.589)	
Impostos a recolher	(1.663)	(246)
Salários e obrigações sociais	33.318	64.146
Parcelamentos	(8.505)	(16.992)
Convênios	<u>(5.180)</u>	<u>(56.372)</u>
	17.959	29.326
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>311.829</u>	<u>487.248</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de ativos imobilizados	(276.152)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(276.152)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagto empréstimos com pessoas ligadas	(358.667)	(246.000)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>(358.667)</u>	<u>(246.000)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(322.990)</u>	<u>241.248</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.448.987	1.207.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.125.997	1.448.987
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes	<u>(322.990)</u>	<u>241.247</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Associação”) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada no ano de 1998 e qualificada como entidade com título de utilidade pública em âmbito municipal, estadual e federal. A Associação possui registro e certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS e CNEAS) emitidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A Associação tem como objetivo realizar um trabalho de ação social prestando serviço de Acolhimento Institucional a crianças e adolescentes portadores de câncer, doenças hematológicas e transplantados e seus familiares, acolhendo-os 24 horas, prestando-lhes todo o serviço de suporte terapêutico.

A Instituição trabalha no alcance dos direitos sociais e na garantia do direito constitucional à saúde, educação, cultura e lazer da criança do adolescente proveniente de famílias em vulnerabilidade, para que este tenha condições de igualdade ao tratamento médico digno, sem restrições e demoras, além do direito ao acesso e usufruto de suas famílias às políticas socioassistenciais para alcance da emancipação e cidadania. A finalidade primordial da Casa de Apoio AURA está em amparar essas famílias trazendo condições de acesso e meios para garantir a continuidade do tratamento fora do domicílio de origem.

Além da hospedagem e alimentação, traslados casa / hospital / Casa de Apoio AURA, os acolhidos contam com apoio interdisciplinar especializado que inclui a atenção e os serviços de profissionais de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Psicopedagogia e Serviço Social.

Na realização de seus projetos mantém parcerias com governos municipais, empresas privadas e com a sociedade civil organizada através de doações, com discriminação de cada projeto e seus objetos conforme nota explicativa 14.

A Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA obteve deferimento da renovação de seu Certificado de Instituição Beneficente de Assistência Social, publicado no Diário Oficial da União em 25 de maio de 2022 com vigência de 24 de janeiro de 2022 a 23 de janeiro de 2025.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis emanados do Conselho Federal de Contabilidade ITG 2002/2012 – entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela Resolução CFC 1.409/2012 e práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

2.2 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional definida pela administração da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas na casa dos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

b. Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados aos valores de custo ou realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c. Propriedade para Investimento

A propriedade para investimento é mantida para valorização e são mensuradas ao valor justo. O valor justo da propriedade para investimento, foi apurado por meio de Laudo de Avaliação por perito independente, com base nas avaliações de mercado.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação, quando aplicável. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica desses bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

e. Empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

f. Provisões

Uma provisão é constituída, em função de evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

h. Resultado

As receitas e as despesas são registradas conforme o período de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

i. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Entidade, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras, são incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, para calcular projeções a fim de determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível, bem como a determinação de provisão para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa podem ser assim apresentados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	2.358	2.668
Bancos	12	11
Aplicações financeiras (a)	<u>1.123.627</u>	<u>1.446.308</u>
	<u>1.125.997</u>	<u>1.448.987</u>

a) As aplicações financeiras são consideradas como equivalente de caixa por serem de liquidez imediata e não apresentam risco de perda de valor significativo no momento de seu resgate.

5. ADIANTAMENTOS

Os saldos de adiantamentos referem-se basicamente aos adiantamentos a funcionários que são montantes pagos de forma antecipada, essencialmente, a funcionários envolvidos nas atividades da Entidade.

A posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2022 estava assim representada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos a funcionarios	<u>22.876</u>	<u>23.753</u>
	<u>22.876</u>	<u>23.753</u>

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/ COMPENSAR

Os saldos de tributos a compensar estão assim compostos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF sobre aplicações financeiras (a)	-	9.189
	<u>-</u>	<u>9.189</u>

(a) A administração da entidade optou por baixar o referido direito referente ao IRRF sobre aplicações financeiras em virtude da baixa expectativa de reaver esses recursos junto às instituições financeiras.

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Em 17 de abril de 2001 a Prefeitura Municipal de Juatuba – MG doou terreno para a Entidade cujo objeto era exclusivamente a construção de um hospital voltado para o tratamento de crianças portadoras de câncer, denominado *Hospital do Câncer Infantil de Minas Gerais*, conforme Lei nº 436, de 5 de janeiro de 2001.

Com a construção do hospital em andamento a Prefeitura Municipal de Juatuba – MG entendeu que a Entidade não atendeu os prazos acordados para conclusão da obra e início das atividades e impetrou com o processo nº 0171969-48.2007.8.13.0407 cujo objetivo era reaver o terreno doado à entidade.

Por decisão judicial de abril de 2014, foi desmembrado o terreno sendo dividido em glebas ficando parte para a entidade e parte para a prefeitura de Juatuba – MG. Assim à entidade tomou posse do terreno e da construção que estava sendo construída. Ainda no exercício de 2014, por decisão dos conselheiros em assembleia geral, foi definido a futura negociação do terreno e suas respectivas edificações.

A administração da Entidade mantém este imóvel para auferir aluguel ou para valorização do capital, ou ambos. O saldo referente a esta propriedade para investimento é mensurado ao valor justo apurado por meio de Laudo de Avaliação elaborado por especialistas. Para o exercício de 2022 os especialistas realizaram tal avaliação e foi identificado que não houve variação da avaliação realizada anteriormente.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Terreno Gleba 04 - A1	1.445.670	1.445.670
Terreno Gleba 04 - A2	2.535.641	2.535.641
Edificações	3.508.689	3.508.689
	<u>7.490.000</u>	<u>7.490.000</u>

ISEP

8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Entidade e está demonstrado como segue:

<u>Decrição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Móveis e Utensílios	10% a.a.	597.247	-	-	597.247
Veículos	20% a.a.	119.916	-	273.992	393.908
Computadores e periféricos	20% a.a.	123.820	-	-	123.820
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	308.376	-	2.160	310.536
Edificações	25% a.a.	5.120.024	-	-	5.120.024
Terrenos	0% a.a.	1.025.000	-	-	1.025.000
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	5.848
		7.300.231	-	276.152	7.576.383
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(344.980)	-	(39.287)	(384.267)
(-) Deprec. Veículos		(92.501)	-	(29.216)	(121.717)
(-) Deprec. Computadores		(123.819)	-	-	(123.819)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(116.531)	-	(30.982)	(147.513)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(5.848)	-	-	(5.848)
(-) Deprec. Edificações		(992.306)	-	(204.801)	(1.197.107)
		(1.675.985)	-	(304.286)	(1.980.271)
		5.624.246	-	(28.134)	5.596.112

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Móveis e Utensílios	10% a.a.	597.247	-	-	597.247
Veículos	20% a.a.	195.916	(76.000)	-	119.916
Computadores e periféricos	20% a.a.	123.820	-	-	123.820
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	308.376	-	-	308.376
Edificações	25% a.a.	5.120.024	-	-	5.120.024
Terrenos	0% a.a.	1.025.000	-	-	1.025.000
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	5.848
		7.352.241	(76.000)	23.990	7.300.231
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(302.815)	-	(42.165)	(344.980)
(-) Deprec. Veículos		(162.118)	76.000	(6.383)	(92.501)
(-) Deprec. Computadores		(123.819)	-	-	(123.819)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(85.693)	-	(30.838)	(116.531)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(5.848)	-	-	(5.848)
(-) Deprec. Edificações		(787.505)	-	(204.801)	(992.306)
		(1.467.798)	76.000	(284.187)	(1.675.985)
		5.884.443	-	(260.197)	5.624.246

9. FINANCIAMENTOS

Em 01 de novembro de 2019 foi firmado o contrato de compra do terreno onde está localizada a sede da instituição. Este terreno pertencia aos proprietários Luiz Antônio de Senna Lima e José Gustavo de Mattos Gatti. O valor total da compra do terreno foi de R\$ 1.025.000 sendo R\$ 512.500 devidos a Luiz Antônio de Senna Lima e R\$ 512.500 devidos a José Gustavo de Mattos Gatti, dividido em 50 parcelas, com previsão de atualização monetária pelo IPCA.

No dia 14 de julho de 2022 foi assinado o primeiro aditivo ao instrumento particular de promessa de compra e venda, alterando a substituição do índice de IPCA para reajustes mensais sobre o índice da Caderneta de Poupança.

Em 2022 a Entidade realizou o pagamento integral do valor residual da dívida de Luiz Antônio.

15 parcelas restantes são devidas a José Gustavo Gatti, sendo que essas parcelas restantes estão vinculadas ao Termo de Garantia de Pagamento referente ao terreno de propriedade da Entidade: Gleba 04 – A1, medindo 20.467,00m² localizado em Juatuba-MG, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de outubro de 2019.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Luiz Antônio de Senna Lima	-	168.084
José Gustavo de Mattos Gatti	377.981	590.129
	<u>377.981</u>	<u>758.213</u>
Passivo Circulante	316.481	450.713
Passivo Não Circulante	61.500	307.500

10. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de serviços necessários às atividades da Entidade.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de serviços administrativos	25.866	14.662
Fornecedores de serviços publicitários	-	27.885
Fornecedores de serviços e consumo da atividade	46.251	19.058
	<u>72.117</u>	<u>61.605</u>

11. EMPRÉSTIMOS

Refere-se basicamente à empréstimo junto a pessoa ligada e com instituição financeira conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco Bradesco C/C 618.100-7 (a)	977	-
José Gustavo de Mattos Gatti	1.785.321	1.654.612
	<u>1.786.298</u>	<u>1.654.612</u>

- (a) Refere-se a saldo “negativo” em conta bancária no último dia do ano e que foi amortizado no dia seguinte com os saldos disponíveis na data.

Refere-se a captação de recursos de empréstimos junto a conselheiro da entidade José Gustavo de Mattos Gatti. Estes empréstimos são atualizados pela variação de indicadores equivalentes à rentabilidade da poupança do período.

Não há previsão para início do pagamento do referido empréstimo, por isso está registrado integralmente no passivo não circulante.

12. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Os saldos de obrigações trabalhistas estão assim representados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários a pagar	122.202	115.214
Provisões para férias e 13º salário	223.300	198.842
Encargos sobre a folha de pagamento	36.191	34.319
	<u>381.693</u>	<u>348.375</u>

13. IMPOSTOS A RECOLHER

Essas obrigações referem-se basicamente às retenções tributárias de serviços prestados à Entidade e podem ser assim resumidas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF	15.246	12.086
PIS	3.315	3.061
ISS	718	761
Outros tributos	314	5.348
	<u>19.593</u>	<u>21.256</u>

14. TERMOS DE FOMENTO E PARCERIAS

Essas obrigações referem-se basicamente aos recursos de terceiros recebidos pela Entidade para a realização de parcerias públicas e podem ser assim resumidas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fomento projeto Manutenção da Casa Aura (a)	28.259	69.501
Fomento projeto Higiene e Saúde (b)	13.685	13.672
Fomento projeto Transporte Solidario (c)	-	-
Fomento projeto Emergencial (d)	-	-
Fomento projeto Cuidar Humanizado (e)	20.829	-
Fomento projeto Acolher com Dignidade (f)	15.946	-
	<u>78.719</u>	<u>83.173</u>
Parceria projeto Coniacdo (g)	-	1.670
Parceria projeto Marchadores (h)	960	17
	<u>960</u>	<u>1.687</u>
Total	<u>79.679</u>	<u>84.860</u>

a) Fomento Projeto Manutenção da Casa de Apoio publicado em 06 de dezembro de 2019 através do instrumento jurídico 1481001498/2019. Esse projeto tem como objetivo a aquisição de bens de consumo/alimentos, material de higiene e limpeza visando a melhoria no atendimento e serviços prestados pela entidade. No final do exercício de 2022 a entidade tem como obrigação com o fomento a ser prestado o saldo de R\$ 28.259 e de R\$ 69.501 no final do exercício de 2021, esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 3900-6 da Caixa Econômica Federal, conta destinada especificamente para esse fomento.

b) Fomento Projeto Higiene e Saúde publicado em 25 de junho de 2021 através do instrumento jurídico 1481000269/2021. Esse projeto tem como objetivo a aquisição de Cama/Mesa/Banho, Combustíveis, Equipamentos, Ferramentas e Utensílios visando a melhoria no atendimento e serviços prestados pela entidade. No final do exercício de 2022 a entidade tem como obrigação com o fomento a ser prestado o saldo de R\$ 13.685 e de R\$ 13.672 no final do exercício de 2021, esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 69.914-4 do Banco do Brasil S/A, conta destinada especificamente para esse fomento.

c) Fomento Projeto Transporte Solidário da Casa de Apoio publicado em 04 de março de 2022 através do instrumento jurídico 012022101300020000. Esse projeto tem como objetivo a aquisição de bens de para transporte dos assistidos, esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 4196-5 da Caixa Econômica Federal, conta destinada especificamente para esse fomento. Ressalta-se que o Projeto foi concluído no exercício de 2022 e encontra-se em análise das prestações de contas pelos órgãos competentes

d) Fomento Projeto Emergencial publicado em 26 de fevereiro de 2022 através do instrumento jurídico 012021101800390000 Esse projeto tem como objetivo a aquisição de bens de para transporte dos assistidos, esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 70012-6 do Banco do Brasil, conta destinada especificamente para esse foment. Ressalta-se que o Projeto foi concluído no exercício de 2022 e encontra-se em análise das prestações de contas pelos órgãos competentes.

e) Fomento Projeto Cuidar Humanizado publicado em 07 de outubro de 2022 através do instrumento jurídico 012022101100340000 Esse projeto tem como objetivo acolhimento emergencial e temporário a crianças, adolescentes, e familiares em situação de vulnerabilidade, esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 4291-0 da Caixa Econômica Federal, conta destinada especificamente para esse fomento.

f) Fomento Projeto Acolher com Dignidade publicado em 18 de agosto de 2022 através do instrumento jurídico 012022101300290000 Esse projeto tem como objetivo acolhimento emergencial e temporário a crianças, adolescentes, e familiares em situação de vulnerabilidade, esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 4330-5 da Caixa Econômica Federal, conta destinada especificamente para esse fomento.

g) Parceria Projeto CONIACC – Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer, foi firmada em 01 de fevereiro de 2021 através do Edital 2020 do CONIACC, Termo de Doação Condicionada CONIACC/2021. Esse projeto refere-se a Assistência Humanizada, proporcionando ajuda nos pagamentos de salário de enfermagem no tratamento oncológico. Os valores devidos a essa parceria estão na conta 69.880-6 do Banco do Brasil S/A destinada a essa parceria. Ressalta-se que o Projeto foi concluído no exercício de 2022 e encontra-se em análise das prestações de contas pelos órgãos competentes.

h) Parceria Projeto Marchadores pela Vida, parceria firmada em 12 de janeiro de 2021 através do Instrumento Particular de Doação. Esse projeto refere-se a aquisição de alimentos nutritivos e saudáveis. Os valores devidos a essa parceria estão na conta 69.881-4 do Banco do Brasil S/A com destinação específica para este termo de parceria.

15. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

Os saldos dos parcelamentos estão compostos conforme demonstramos a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Parcelamento Refis cod 4720 (a)	-	1.128
Parcelamento Refis cod 4737 (b)	50.185	57.562
	<u>50.185</u>	<u>58.690</u>
Passivo Circulante	7.380	8.507
Passivo Não Circulante	42.805	50.183
	<u>50.185</u>	<u>58.690</u>

a) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto à Receita Federal referente a débitos previdenciários – PGFN lei 12.996/2014 e consolidado em 12/07/2016 em 98 parcelas, integralmente liquidado no exercício de 2022.

b) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto à Receita Federal referente à Receita dívida Ativa com PIS, IRRF pessoa física e jurídica. Consolidado em 14/09/2015 em 180 parcelas, restando 80 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui provisão para contingências no montante de R\$80.000 (R\$ 80.000 em 2021) referente a discussões de natureza civil conforme apresentado abaixo:

a) O Convênio 558\2010 foi firmado com a Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais – SES para construção de um prédio de 12 (doze) andares, no valor de R\$2.000.000, localização da Casa Aura. O referido convênio foi firmado em junho de 2010 e teve o prazo de 01 ano. A prestação de contas apresentada no exercício de 2016 pela Entidade, vem sendo analisada pela Secretaria que está solicitando informações adicionais para ser complementada. A administração realizou estudo interno e estimou que poderá ter que devolver recursos para o Estado em montante não superior a 4% do valor recebido, motivo pelo qual optou-se pela provisão para fazer face às estimativas internas no montante de R\$ 80.000.

17. PATRIMÔNIO SOCIALa) Patrimônio Social

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica “Superávit/Déficit acumulado”, enquanto não aprovados pela Assembleia Deliberativa e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de Patrimônio Social.

O Patrimônio Social da Entidade em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 8.268.564 (em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 8.222.338), representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os resultados apurados foram, respectivamente, déficit de R\$ 141.125 e superávit de R\$ 46.226.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Essa rubrica representa a contrapartida do aumento dos imóveis destinados a venda decorrente da atualização pelo valor justo do terreno e edificação.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Entidade realiza captação de recursos essencialmente através de doações sem finalidade específica de pessoas físicas e jurídicas. Estas doações são obtidas através das atividades de telemarketing, doações por meio de contas de energia, telefone, convênios e depósitos bancários realizados diretamente em contas bancárias da Associação.

Os saldos recebidos a título de doação, e que compõem a receita operacional da Associação em 2022 e 2021, são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contribuição dos Conselheiros	31.533	-
Donativos Recebidos de Pessoas Físicas sem Fim Especifico	4.128.374	3.736.408
Donativos Recebidos de Pessoas Jurídica sem Fim Especifico	155.320	67.122
Convênios e Projetos	247.530	200.480
	<u>4.562.758</u>	<u>4.004.010</u>

19. CUSTOS DA OPERAÇÃO

Apresentamos a seguir a composição das despesas e dos custos por natureza:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Casa de Apoio - Gastos com Pessoal	2.088.463,21	1.487.255
Casa de Apoio - Despesas operacionais	1.382.591	958.656
Telemarketing - Gastos com Pessoal	377.218	382.272
Telemarketing - Despesas operacionais	103.007	108.021
	<u>3.951.279</u>	<u>2.936.205</u>

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão demonstradas da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas - Administração Gastos com Pessoal	407.656	674.404
Despesas - Administração Despesas Operacionais	222.484	267.135
Despesas - Taxas, Impostos e Contribuições	5.311	6.615
	<u>635.451</u>	<u>948.154</u>

21. ISENÇÃO USUFRUIDA

Para atender os requisitos da legislação pertinente, os valores relativos às isenções previdenciárias usufruídas, como se devidas fossem, durante o exercício de 2022, sendo estes valores registrados e controlados em cotas de resultado estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imunidade INSS - Cota Patronal	444.154	409.346
Imunidade INSS - Terceiros	128.805	118.710
Imunidade INSS - Rat	33.312	30.701
	<u>606.270</u>	<u>558.757</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a pagar e empréstimos. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se do valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações dos juros atualizados até a data do balanço.

23. SEGUROS – não auditado

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de aprovação das demonstrações financeiras apresentadas não há eventos subsequentes que requeiram divulgações ou ajustes retrospectivos nas Demonstrações Financeira.

* * *